



Concurso Público para provimento do cargo de
Analista de Controle Externo
Área de Apoio Técnico e Administrativo
Coordenadoria de Informática

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto seguinte.

Os privilegiados da Terra

O fragmento de satélite artificial – só podia ser de satélite – caído sobre o povoado transformou de repente a vida dos moradores, que não chegavam a trezentos.

Repórteres e cinegrafistas cobriram o fato com o maior relevo. Não houve ninguém que deixasse de dar entrevista.

O fiscal do Governo apareceu para recolher o pedaço de coisa inédita, mas foi obstado pelo juiz de paz, que declarou aquilo um bem da comunidade. A população rendeu guarda ao objeto e jurou defender sua posse até o último sopro de vida.

A força policial enviada para manter a ordem aderiu aos moradores, pois seu comandante era filho do lugar. Acorreram turistas, pessoas dormiam na rua por falta de acomodação, surgiram batedores de carteira, que foram castigados, e começou a correr o boato de que aquele corpo metálico tinha propriedades mágicas.

Quem chegava perto dele seria fulminado se fosse mau-caráter; conquistava a eterna juventude se fosse limpo de coração; e certa ardência que se evolava da superfície convidava ao amor.

Não se desprende do satélite, diziam uns; veio diretamente do céu, emanado de uma estrela, alvitavam outros. De qualquer modo, era dádiva especial para o lugarejo, pois ao tombar não ferira ninguém, não partira uma telha, nem se assustaram os animais domésticos com sua vinda insólita.

Tudo acabou com o misterioso desaparecimento da coisa. Seus guardas foram tomados de letargia, e ao recobrem a consciência viram-se despojados do grande bem. Mas tinham assimilado esse bem, e passaram a viver de uma alegria inefável, que ninguém poderia roubar-lhes. Eram os privilegiados da Terra.

(Carlos Drummond de Andrade, **Contos plausíveis**)

1. O preceito moral que se deve concluir da leitura do texto encontra adequada formulação nesta frase: As coisas que efetivamente nos trazem benefícios
 - (A) fazem-nos tão acomodados que passamos a viver desacreditando da existência de todo e qualquer mal.
 - (B) trazem-nos também os dissabores que passamos a experimentar quando já não contamos com elas.
 - (C) são as que nos legam o poder de desfrutá-los mesmo quando elas não mais se ofereçam ao nosso convívio.
 - (D) são as que nos ensinam a desfrutá-los somente quando começamos a descreer deles.
 - (E) fazem-nos conscientes tanto da alegria que elas nos dão quanto das tristezas que podem nos causar.

2. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o segmento sublinhado em
 - (A) só podia ser de satélite assegura a verdade de um fato que jamais suscitou qualquer dúvida.
 - (B) cobriram o fato com o maior relevo corresponde ao verbo **relevar**, tal como empregado em **não sei se relevo tua falta**.
 - (C) declarou aquilo um bem da comunidade deve ser entendido no sentido de **benefício**.
 - (D) alvitavam outros relaciona-se ao nome **alvitre**, no sentido de **sugestão**.
 - (E) tudo acabou com o misterioso desaparecimento da coisa faz ver que todos os benefícios cessaram com o desaparecimento do objeto.

3. A presença do misterioso objeto provocou várias reações entre os moradores do vilarejo, que passaram, por exemplo, a
 - (A) adotar rituais de fanática adoração diante da coisa.
 - (B) comprometer-se com sua permanente proteção.
 - (C) condescender com os autores de pequenos delitos.
 - (D) abandonar antigos hábitos religiosos.
 - (E) resistir às tentações mundanas e aos apelos do corpo.

4. É preciso **corrigir** um equívoco de redação da seguinte frase:
 - (A) Não houve ninguém que se furtasse em dar entrevista.
 - (B) A força policial solidarizou-se com os moradores.
 - (C) Correu o boato de que o objeto contava com poderes sobrenaturais.
 - (D) Em nada perturbou os animais a aparição do exótico objeto.
 - (E) Afrouxou-se a vigilância dos guardas, acometidos por letargia.



5. Está plenamente adequada a articulação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) O fiscal recolheria a coisa misteriosa, mas terá sido obstado pelo juiz de paz, que declarava ser aquilo um bem da comunidade.
- (B) Os policiais acabarão por aderir aos moradores, uma vez que seu comandante fosse oriundo daquele lugar.
- (C) Quem chegar perto da coisa viria a ser fulminado, fosse uma pessoa de mau-caráter.
- (D) Se daquele objeto proveio algum mal, ele não seria considerado uma dádiva dos céus.
- (E) Tomados que foram de estranha letargia, não se deram conta os guardas do sumiço do objeto.

6. As normas de concordância verbal estão observadas em:

- (A) Nenhum dos moradores poderiam imaginar que caísse do céu aquele estranho objeto, que tantas influências acabariam por acarretar à vida do lugar-rejo.
- (B) De repente, viu-se o lugar invadido por repórteres, turistas, curiosos, gente a quem movia irrefreáveis desejos de ver de perto a coisa que viera do céu.
- (C) Aos moradores jamais poderiam ocorrer que os policiais se solidarizassem com eles, mesmo considerando que o comandante ali havia nascido.
- (D) Das propriedades mágicas do objeto não advinha mal algum, pelo contrário: só trazia benefícios aos que dele se acercassem, apenas luzes benéficas irradiava.
- (E) Muitos moradores chegaram a pensar que, com o desaparecimento do objeto, também haveriam de desaparecer o que suas propriedades mágicas lhes propiciavam.

7. Está plenamente adequada a transposição de uma voz verbal para outra no segmento:

- (A) *transformou de repente a vida dos moradores* = a vida dos moradores fora de repente transformada
- (B) *Repórteres e cinegrafistas cobriram o fato* = o fato foi cobrido por repórteres e cinegrafistas
- (C) *foi obstado pelo juiz de paz* = obstou-o o juiz de paz
- (D) *ao tombar não ferira ninguém* = ninguém se ferira ao tombar
- (E) *foram tomados de letargia* = tomaram-se de letargia

Atenção: As questões de números 8 a 14 referem-se ao texto seguinte.

Da política ao espetáculo

A rebeldia voltou. E nos lugares mais inesperados. O rastilho foi aceso em Túnis, seguiu para o Cairo e depois para Sanaa, Manama, Damasco – cidades onde ação política não é um direito. Onde as praças tiveram de ser ocupadas com o risco de prisão, tortura e morte. Mesmo assim, as manifestações só ficaram violentas porque as autoridades as atacaram.

A centelha da revolta atravessou o Mediterrâneo e acendeu outras centenas de milhares de pessoas na Grécia e na Espanha, países subitamente forçados ao empobrecimento. Na África, no Levante, no Oriente Médio e na Europa, o que se quer é liberdade, trabalho e justiça.

Nenhuma mobilização foi tão inesperada quanto a que explodiu, no mês passado, do outro lado do Atlântico Norte, numa das cidades mais ricas do mundo: Vancouver, no Canadá. Sua motivação foi frívola. Por 4 a 0, o time local de hóquei no gelo perdeu a final do campeonato. Não houve reivindicação social ou política: chateada, a gente saiu à rua e botou fogo em carros, quebrou vitrines, invadiu lojas.

Fizeram tudo isso com a leveza da futilidade, posando para câmeras de celulares, autorregistrando-se em instantâneos ambivalentes de prazer e agressão. O impulso de se preservar em fotos e filmes era tão premente quanto o de destruir.

Alguns intelectuais poderiam explicar assim o fenômeno: se o espetáculo do jogo não satisfaz, o do simulacro da revolta o compensará; o narcisismo frustrado vira exibicionismo compartilhado.

Em meio ao quebra-quebra, um casal de namorados tentava fugir quando a moça foi atingida pelo escudo de um policial e caiu. O namorado deitou-se ao lado e, para acalmá-la, deu-lhe um beijo.

Um fotógrafo viu apenas dois corpos que pareciam feridos no chão e, sem perceber direito o que fotografava, captou o beijo. Pronto: os jovens viraram celebridades. Namorando há apenas seis meses, o casal cancelou uma viagem à Califórnia para cumprir uma agenda extensa de entrevistas em Nova York. A sociedade do espetáculo não pode parar.

(Adaptado da Revista **Piauí**, n. 58, julho 2001, p. 55)

8. Ao tratar de diferentes manifestações de rebeldia no mundo, o autor considera que elas

- (A) têm em comum tão somente o fato de irromperem e se extinguirem com a mesma velocidade, em países de regime político fechado.
- (B) diferem quanto às suas motivações políticas particulares, mas traduzem a mesma insatisfação com a economia global.
- (C) são todas inesperadas, uma vez que os fatores que as desencadeiam surgem de forma misteriosa, sem qualquer razão objetiva.
- (D) variam quanto às reivindicações políticas ou econômicas, podendo ocorrer até mesmo por força de uma motivação banal.
- (E) buscam conferir um grande peso político a algumas insatisfações menores, geradas pelas razões mais injustificáveis.



9. Considerando-se o contexto, estas duas expressões se aproximam e reforçam reciprocamente uma mesma linha de argumentação, referindo-se ao mesmo fenômeno:
- (A) *a leveza da futilidade e a centelha da revolta.*
- (B) *o rastilho foi aceso e não houve reivindicação social.*
- (C) *sua motivação foi frívola e a leveza da futilidade.*
- (D) *forçados ao empobrecimento e exibicionismo compartilhado.*
- (E) *ação política não é um direito e sua motivação foi frívola.*
-
10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Deve-se entender por *sociedade do espetáculo*, de acordo com o texto, a caracterização dos movimentos de massa que pretendem explicitar publicamente sua insatisfação política.
- II. O exibicionismo e o narcisismo estão na raiz de manifestações dos grupos que também as promovem para se dar a conhecer nas imagens que eles mesmos produzem e cultuam.
- III. O vandalismo das manifestações políticas acaba por desqualificar as justas reivindicações que deram origem a um legítimo movimento social.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.
-
11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *O rastilho foi aceso* (1º parágrafo) = inflamou-se em seu efeito
- (B) *A centelha da revolta* (2º parágrafo) = a meta da insubordinação
- (C) *instantâneos ambivalentes* (4º parágrafo) = encenações rápidas
- (D) *simulacro da revolta* (5º parágrafo) = sacralização insatisfeita
- (E) *narcisismo frustrado* (5º parágrafo) = autoadmiração baldada
-
12. Ao registrar a cena dos namorados caídos no chão, o fotógrafo,
- (A) imaginando-os vítimas, involuntariamente os promoveu a celebridades.
- (B) sabendo-os feridos, quis compensá-los com a notoriedade de um flagrante oportuno.
- (C) tomando-os por revoltosos, quis demonstrar que havia amor entre os manifestantes.
- (D) dando-os como mortos, quis perpetuar o beijo em que se imobilizaram.
- (E) não atinando bem com o que via, quis documentar o que imaginou mero exibicionismo.
-
13. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) *A sociedade do espetáculo* à qual se refere o texto prima por se mostrar em todo o narcisismo humano, com o qual todo mundo pretende se alardear.
- (B) *A sociedade do espetáculo*, tal como sugere o texto, é aquela em que a meta social mais prestigiada é a celebração de imagens em que todos se espelham.
- (C) Na moderna *sociedade do espetáculo*, sugere o texto, mesmo um beijo involuntário tende a celebrar-se, caso haja um flagrante condizente e oportunista.
- (D) Os que compõem uma *sociedade do espetáculo* são narcisistas que desejam o melhor registro de uma celebração que lhes venha a consagrar.
- (E) A crítica à *sociedade do espetáculo* costuma pautar-se pelo vazio que assola seus defensores, incapazes de atestar a frivolidade em que erigem como ideal.
-
14. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados em:
- (A) Há países onde as praças, supostamente públicas, estão longe de constituírem um lugar em cujo se garanta a expressão do povo.
- (B) Os jovens aos quais se deparou o fotógrafo estavam dando um beijo, em cujo registro haveria por torná-los celebridades.
- (C) Países grandes, cuja economia foi sempre saudável, são hoje palcos de manifestações a que ocorrem os cidadãos empobrecidos.
- (D) Cabe aos intelectuais a explicação de um fenômeno social onde a marca peculiar é a busca de imagens em cujas todos se espelham.
- (E) Com um beijo, o namorado visava à tranquilizar a moça, não imaginando que aquela demonstração de afeto adviesse tanta fama.



Atenção: As questões de números 15 a 20 referem-se ao texto seguinte.

A dor como destino

Outro dia, folheando desavisadamente um livro de Schopenhauer (há autores que jamais devemos frequentar desavisadamente...), deparei-me com este trecho:

Trabalho, aflição, esforço e necessidade constituem durante toda vida a sorte da maioria das pessoas. De fato: se todos os desejos, apenas originados, já estivessem resolvidos, o que preencheria então a vida humana? Que se transfira o homem a um país utópico, em que tudo cresça sem ser plantado, em que as aves revoem já assadas, e cada um encontre logo sua bem-amada. Ali os homens morrerão de tédio ou se enforcarão; promoverão guerras, massacres e assassinatos para se proporcionarem mais sofrimento do que o posto pela natureza.

Será mesmo que sofremos porque precisamos? É da nossa natureza ocupar-nos com nossos desejos insatisfeitos, sem os quais vivemos infelizes pela falta de uma causa para viver? Nosso grande poeta Drummond, um schopenhaueriano empedernido, chegou a escrever: "Estamos para doer, estamos doendo". E outro Andrade, o Mário, garantiu-nos: "A própria dor é uma felicidade".

De minha parte modestíssima, ousou dizer: se um dia me sentir absolutamente feliz, tentarei não me matar. Talvez também não conte para ninguém, para que não me matem. De inveja.

(Bráulio Ventura, inédito)

15. A observação de que *há autores que jamais devemos frequentar desavisadamente* justifica-se em virtude de que há textos, como o transcrito de Schopenhauer, que

- (A) encerram uma lição pragmática e útil, que nos ajuda a viver.
- (B) representam uma falsa esperança para quem lhes dê crédito.
- (C) constituem um caminho sentimental, desviando-nos da razão.
- (D) formulam teses sedutoras, relevando a negatividade da vida.
- (E) elaboram interpretações apressadas acerca da justiça humana.

16. O autor do texto se vale de citações de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade para

- (A) somar argumentos contra a tese apresentada no texto de Schopenhauer.
- (B) demonstrar que a poesia ajuda a iluminar nossos melhores sentimentos.
- (C) mostrar que a Natureza, ao contrário do que muitos afirmam, é mãe e amiga dos homens.
- (D) provar que esses dois poetas não aceitavam qualquer justificativa para as dores humanas.
- (E) lembrar que a tese de Schopenhauer pode ecoar em formulações outras e variadas.

17. Atente para estas afirmações:

- I. No trecho citado de Schopenhauer, a correlação estabelecida entre *país utópico* e *tédio* é muito reveladora de um espírito pessimista.
- II. Ao se valer da expressão *de minha parte modestíssima*, o autor acentua o fato de que sua aprovação da tese de Schopenhauer em nada a fortalece.
- III. No último parágrafo, há uma clara corroboração da crença de que os homens dependem do sofrimento para dar sentido às suas vidas.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

18. A frase *se um dia me sentir absolutamente feliz, tentarei não me matar* tem um efeito de **humor irônico**, equivalente ao da seguinte formulação:

- (A) buscarei não me matar, em caso de absoluta felicidade.
- (B) mesmo tomado por grande infelicidade, nunca me mataria.
- (C) sendo absolutamente feliz, não há razão para me matar.
- (D) conquanto possa me matar, creio numa felicidade absoluta.
- (E) se não vivesse em plena felicidade pensaria em me matar.

19. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) A poucos filósofos costuma-se (**atribuir**) inflexões tão pessimistas como a Schopenhauer.
- (B) (**costumar**) constituir um traço marcante do pensamento de Schopenhauer as sombras de uma implacável negatividade.
- (C) Às teses desse filósofo pessimista (**dever**) corresponder, segundo alguns críticos, uma argumentação mais substantiva.
- (D) Dos nossos desejos insatisfeitos (**restar**) sempre, de algum modo, o aprendizado dos nossos limites.
- (E) Mesmo que (**poder**) haver muitas pedras no caminho, não há por que desistir desta grande viagem.



20. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Há países em que numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social, corresponde a um alto índice de suicídios: fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- (B) Há países em que, numa estranha conjunção o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde: a um alto índice de suicídios; fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- (C) Há países, em que numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde a um alto índice de suicídios, fato que traz muita água como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- (D) Há países em que, numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social, corresponde a um alto índice de suicídios; fato que traz, muita água como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- (E) Há países em que, numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde a um alto índice de suicídios, fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
-
- Controle Externo**
21. Considerando sua natureza jurídica, o Tribunal de Contas é órgão que
- (A) integra o Poder Executivo e exerce o controle externo.
- (B) integra o Poder Legislativo e exerce o controle externo.
- (C) integra o Poder Judiciário e exerce o controle externo.
- (D) auxilia o Poder Executivo quando este exerce o controle externo.
- (E) auxilia o Poder Legislativo quando este exerce o controle externo.
-
22. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas Estaduais serão integrados por sete Conselheiros, salvo nos dez primeiros anos da criação de Estado, hipótese na qual o Governador eleito nomeará
- (A) dois membros.
- (B) três membros.
- (C) quatro membros.
- (D) cinco membros.
- (E) seis membros.
-
23. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de
- (A) admissão de pessoal, inclusive as nomeações para cargo de natureza especial.
- (B) concessão de pensão, inclusive as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (C) admissão de pessoal, inclusive os das empresas públicas municipais.
- (D) concessão de pensão, ressalvadas as melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) admissão de pessoal, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.
-
24. O TCE-SE emitiu parecer prévio favorável às contas anuais do Prefeito de um município sergipano. Todavia, a Câmara Municipal, composta por vinte e um vereadores, rejeitou o parecer por decisão de onze de seus membros. É possível afirmar que essa decisão
- (A) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 50% de seus membros.
- (B) contraria o previsto na Constituição Estadual de Sergipe, que exige quórum mínimo de 50% mais um de seus membros para a rejeição do parecer prévio.
- (C) contraria o previsto na Constituição Estadual de Sergipe, que exige quórum mínimo de 2/3 de seus membros para a rejeição do parecer prévio.
- (D) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 2/5 de seus membros.
- (E) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 3/5 de seus membros.
-
25. Um servidor de uma Prefeitura sergipana recebeu, em julho de 2011, R\$ 300,00 a título de adiantamento para o custeio de diárias e transporte em razão de viagem que fez para discutir a assinatura de um convênio com o governo estadual. Ao retornar, negou-se a prestar contas da utilização do valor recebido, ato que pode ser considerado
- (A) incorreto, uma vez que deve prestar contas qualquer pessoa física que arrecade, guarde, gere ou administre dinheiro público.
- (B) correto, uma vez que a viagem foi realizada no interesse do município.
- (C) correto, uma vez que o valor recebido teve caráter indenizatório.
- (D) correto, uma vez que o valor recebido foi menor que o salário mínimo vigente à época no país.
- (E) incorreto, devendo a prestação de contas ser apresentada no máximo até trinta dias, contados a partir do encerramento do exercício financeiro.



<p>26. O dirigente de uma autarquia municipal sergipana recebeu uma equipe de fiscalização do TCE-SE. Ao saber que a inspeção era extraordinária e que foi motivada por notícias veiculadas nos jornais locais acerca de suposta irregularidade nos procedimentos licitatórios para aquisição de combustível, não autorizou a entrada dos servidores do TCE-SE. A decisão tomada pelo dirigente da autarquia</p> <p>(A) tem respaldo legal, uma vez que não cabe ao TCE-SE realizar inspeções por iniciativa própria, devendo ser provocado.</p> <p>(B) tem respaldo legal, uma vez que as inspeções e auditorias só podem ser feitas se advindas de inspeção não anônima, o que não é o caso.</p> <p>(C) não tem respaldo legal, mas inspeções em procedimentos licitatórios só podem ser realizadas juntamente com a documentação da prestação de contas.</p> <p>(D) não tem respaldo legal, uma vez que, além da Assembleia Legislativa, de Comissão Técnica ou de Inquérito, as inspeções e auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio TCE-SE.</p> <p>(E) tem respaldo legal, uma vez que notícias veiculadas na imprensa não têm força probatória suficiente a suscitar inspeção pelo TCE-SE.</p>	<p>30. Atestar o exercício do Presidente do TCE-SE é competência</p> <p>(A) do Tribunal Pleno.</p> <p>(B) da Assembleia Legislativa.</p> <p>(C) da Ouvidoria do TCE-SE.</p> <p>(D) do Corregedor-Geral.</p> <p>(E) do Vice-Presidente.</p>
<p>27. A função de guarda da lei e fiscal de sua fiel execução nas matérias de competência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe é</p> <p>(A) do Ministério Público Especial.</p> <p>(B) do Tribunal Pleno e das Câmaras.</p> <p>(C) da Corregedoria-Geral.</p> <p>(D) da Presidência.</p> <p>(E) do corpo de fiscalização.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação Específica do Estado de Sergipe</p> <p>31. Nos termos do Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, o princípio que significa a vedação de qualquer comportamento administrativo que importe renúncia total ou parcial de poderes, salvo autorização legal, é o da</p> <p>(A) proporcionalidade.</p> <p>(B) legalidade.</p> <p>(C) moralidade.</p> <p>(D) supremacia do interesse público.</p> <p>(E) indisponibilidade do interesse público.</p>
<p>28. É VEDADO ao Conselheiro do TCE-SE exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo a de</p> <p>(A) profissional liberal.</p> <p>(B) magistério.</p> <p>(C) diretor de associação de classe remunerado.</p> <p>(D) diretor de associação de fins lútero-recreativos remunerado.</p> <p>(E) comissionado remunerado em concessionária de serviço público.</p>	<p>32. É órgão de assessoramento direto ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo responsável pelas atividades de assistência jurídica, comunicação social, segurança e apoio técnico-administrativo:</p> <p>(A) Corregedoria-Geral.</p> <p>(B) Vice-Presidência.</p> <p>(C) Presidência.</p> <p>(D) corpo de Auditores.</p> <p>(E) Tribunal Pleno.</p>
<p>29. Na hipótese de caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito, as contas devem ser consideradas</p> <p>(A) regulares.</p> <p>(B) regulares com ressalva.</p> <p>(C) suspensas.</p> <p>(D) ilíquidáveis.</p> <p>(E) extraordinárias.</p>	<p>33. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, nos termos de sua Lei Orgânica, apreciar para fins de registro a legalidade das</p> <p>(A) denúncias apresentadas por qualquer cidadão.</p> <p>(B) contas prestadas pelo dirigente de autarquia municipal.</p> <p>(C) contas prestadas pelo Governador do Estado e Prefeitos Municipais.</p> <p>(D) admissões temporárias de pessoal realizadas por meio de concurso público ou processo seletivo.</p> <p>(E) admissões de pessoal para cargos providos na forma comissionada.</p>



34. As decisões finais do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo,
- (A) desde que haja inscrição na dívida pública.
 - (B) independentemente de inscrição em dívida pública.
 - (C) se envolverem valores maiores que vinte salários mínimos.
 - (D) salvo as referentes a admissões de pessoal, aposentadorias e pensões.
 - (E) desde que tomadas por órgão colegiado por votação unânime.
35. Um município sergipano está sob intervenção do Estado em razão da prática de atos de corrupção na administração municipal. Cabe ao interventor prestar contas de sua administração ao
- (A) Tribunal de Contas e à Câmara Municipal.
 - (B) Tribunal de Contas e ao Tribunal de Justiça.
 - (C) Governador do Estado e ao Tribunal de Contas.
 - (D) Governador do Estado e à Câmara Municipal.
 - (E) Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça e à Câmara Municipal.
36. Nos termos do Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, caberá intervenção de terceiros nos recursos administrativos sempre que a decisão
- (A) referir-se a matéria de competência originária do Tribunal Pleno.
 - (B) contiver contrariedade, obscuridade ou omissão.
 - (C) envolver débito.
 - (D) for suscetível de lhes causar dano material ou moral.
 - (E) não tiver transitado em julgado.
37. O Presidente de uma autarquia de um município de Sergipe faleceu no dia 25 de agosto de 2010. Desse fato decorre
- (A) a necessidade da prestação de contas ao TCE-SE num prazo máximo de 90 dias, contados a partir da data do falecimento.
 - (B) o trancamento das contas.
 - (C) a exigência de prestação de contas até 30 de abril do ano subsequente.
 - (D) o arquivamento do processo de tomada de contas.
 - (E) o dever da remessa da prestação de contas ao TCE-SE no prazo de 30 dias, contados a partir da assembleia geral da autarquia.
38. O Presidente da autarquia de um município do Estado de Sergipe, sem ter oportunidade de se defender, foi multado e teve suas contas julgadas irregulares pelo TCE-SE por ter realizado contratação de empresa de vigilância sem prévio procedimento licitatório e por valores acima dos praticados pelo mercado à época. Antes mesmo do trânsito em julgado da decisão, promoveu a anulação do contrato maculado e, no intuito de reverter o decidido, propôs ação rescisória junto ao Tribunal. A medida tomada pelo Administrador foi
- (A) correta, uma vez que a decisão de mérito poderá ser rescindida pelo Plenário quando houver violação literal de disposição de lei, fato que restou caracterizado pela ofensa ao princípio da ampla defesa.
 - (B) correta, uma vez que o termo de anulação contratual, por ser novo, é hábil a assegurar-lhe um posicionamento favorável do Tribunal.
 - (C) incorreta, uma vez que, muito embora tenha havido ofensa ao princípio da ampla defesa, não ocorreu o trânsito em julgado da decisão.
 - (D) incorreta, uma vez que o caso ensejava pedido de reexame, recurso cabível contra decisão que julgar irregular as contas apresentadas pelo Administrador Público.
 - (E) incorreta, uma vez que o caso ensejava agravo, recurso cabível para a reversão de decisão com multa.
39. As decisões prolatadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe em processos de consulta
- (A) têm caráter normativo e constituem prejulgamento da tese, do fato e caso concreto.
 - (B) têm caráter normativo e constituem prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.
 - (C) constituem prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto e não têm caráter normativo.
 - (D) constituem prejulgamento da tese, do fato e caso concreto, mas não têm caráter normativo.
 - (E) têm caráter normativo, mas não constituem prejulgamento da tese, do fato nem do caso concreto.
40. Nos termos da Lei Complementar nº 113/05, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe, é espécie de remuneração de contribuição, paga ao servidor público:
- (A) salário-família.
 - (B) adicional noturno.
 - (C) gratificação de presença.
 - (D) auxílio-transporte.
 - (E) adicional de caráter individual sobre o vencimento do cargo efetivo.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. No sistema binário, somando-se 1 + 1, o resultado é

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 10.
- (E) 11.

42. NÃO é definida como um dos cinco componentes principais do modelo de Von Neumann, a unidade

- (A) lógica e aritmética.
- (B) de memória.
- (C) criptográfica.
- (D) de controle.
- (E) de saída.

43. Durante a execução de um serviço de cabeamento de rede, um profissional utilizou os padrões 10Base2 e 10 BaseT. Nesse caso, foram usados, respectivamente, cabos

- (A) stp e coaxial grosso.
- (B) coaxial grosso e stp.
- (C) coaxial fino e utp.
- (D) utp e coaxial grosso.
- (E) utp e coaxial fino.

44. Considere:

- I. A conexão usa sempre o mesmo caminho.
- II. Dados divididos (datagramas, células, quadros).
- III. Orientada a conexão.
- IV. As partes podem chegar fora de ordem ao destino.

Corresponde à característica de comutação por circuito o que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e III, apenas.

45. A arquitetura *Ethernet*, usada em redes locais, opera nas camadas OSI

- (A) física e de enlace.
- (B) física e de rede.
- (C) de enlace e de rede.
- (D) de enlace e de transporte.
- (E) de rede e de transporte.

46. Possibilita o envio de informações não-ASCII (exemplo imagens) em mensagens SMTP. Trata-se do padrão

- (A) RJ45.
- (B) MIME.
- (C) FDDI.
- (D) FTPS.
- (E) SMNP.

47. Considere:

P – algoritmo probabilístico – não possibilidade de saber de antemão quando se terá acesso ao meio de transmissão.

D – algoritmo determinístico – possibilidade de saber de antemão quando se terá acesso ao meio de transmissão.

Três métodos básicos para acesso ao meio de transmissão:

C = contenção,

T = *token passing* e

V = *polling*

Está correta a seguinte correspondência de utilização dos métodos com os algoritmos:

- (A) C-P; T-P; V-D.
- (B) C-P; T-D; V-D.
- (C) C-P; T-D; V-P.
- (D) C-D; T-D; V-P.
- (E) C-D; T-P; V-D.

48. Considere:

I. As *bridges* possuem capacidade de segmentar uma rede local em várias sub-redes.

II. As *bridges* não convertem o padrão *Ethernet* para *Token-Ring*.

III. *Gateway* permite a comunicação entre duas redes de arquiteturas diferentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49. Considere:

– Permite a multiplexação de conexões, isto é, a possibilidade de usar vários protocolos da camada acima, ao mesmo tempo.

– Controla o fluxo, colocando os pacotes recebidos em ordem.

– Verifica erros.

– Verifica se houve duplicação de pacotes recebidos.

– A camada de baixo é responsável pelo endereçamento lógico dos pacotes de dados e também pela tradução dos endereços lógicos em físicos.

No modelo OSI, as afirmações acima são características da camada de

- (A) apresentação.
- (B) sessão.
- (C) enlace.
- (D) rede.
- (E) transporte.



<p>50. Considerando-se o TCP/IP, são atuantes nas camadas de aplicação, transporte e rede, respectivamente, os protocolos</p> <p>(A) DNS, UDP e DHCP. (B) FTP, HTTP e IPv4. (C) TCP, DNS e IPsec. (D) IP, UDP e SSH. (E) DHCP, TCP e SMTP.</p>	<p>55. Semelhante a um filtro, é uma operação OLAP que, de uma forma simplista, significa uma redução do escopo dos dados em análise, além de mudar a ordem das dimensões, mudando desta forma a orientação segundo a qual os dados são visualizados. Trata-se de</p> <p>(A) <i>Roll Up</i>. (B) <i>Drill Across</i>. (C) <i>Slice and Dice</i>. (D) <i>Drill Through</i>. (E) <i>Snowflake</i>.</p>
<p>51. Dependendo do tipo de serviço prestado pela camada de rede, a implementação da camada de transporte tornar-se-á mais ou menos complexa, dividindo a camada de transporte em cinco classes distintas (numeradas de 0 a 4). Assim, quanto ao procedimento de protocolo, a função de liberação devido a erro na conexão de rede é implementada apenas pelas classes</p> <p>(A) 0, 2 e 4. (B) 0 e 3. (C) 1, 2 e 3. (D) 1 e 3. (E) 2, 3 e 4.</p>	<p>56. Aceita a imprevisibilidade do desenvolvimento de <i>software</i> e a contorna através da adaptação constante. Destaca-se das demais metodologias ágeis por dar mais enfoque à área de gerenciamento. Seu nome tem origem em um esporte quando jogadores de cada time colaboram entre si numa tentativa de avançar juntos pelo campo adversário. Tais características estão presentes no processo</p> <p>(A) UP. (B) <i>Crystal</i>. (C) XP. (D) DSDM. (E) <i>Scrum</i>.</p>
<p>52. Considere:</p> <p>Sua estrutura é do tipo árvore e sua formação se dá através de registros e <i>links</i>, onde cada registro é uma coleção de dados e o <i>link</i> é uma associação entre dois registros. Os registros que precedem outros são chamados de registro pai e os demais são chamados de registros filhos. Cada registro tem suas ligações, o registro pai pode ter vários filhos (1:N), o registro filho só pode ter um pai. Caso um determinado registro filho tenha a necessidade de ter dois pais é necessário replicar o registro filho.</p> <p>Tais características correspondem ao banco de dados do tipo</p> <p>(A) orientado a objetos. (B) rede. (C) relacional. (D) hierárquico. (E) relacional-oo.</p>	<p>57. Quanto aos níveis de maturidade do CMMI (DEV, v1.2), sucedem o gerenciado, pela ordem,</p> <p>(A) quantitativamente gerenciado e otimizado. (B) definido e otimizado. (C) otimizado e quantitativamente gerenciado. (D) otimizado e definido. (E) definido e quantitativamente gerenciado.</p> <p>58. O processo Gerência de Riscos – GRI do MPS.BR (Guia Geral, v1.2) é componente do nível de maturidade</p> <p>(A) B. (B) C. (C) E. (D) F. (E) G.</p>
<p>53. Uma instância de uma tabela relacional, formada por uma lista ordenada de colunas. Trata-se de</p> <p>(A) tupla. (B) chave estrangeira. (C) domínio. (D) cardinalidade. (E) atributo.</p>	<p>59. Com respeito às máquinas de estado, na UML, uma expressão booleana, avaliada quando a transição é iniciada, e cuja falsidade não permite o início da transição, é denominada</p> <p>(A) linha de vida. (B) evento de ativação. (C) condição de proteção. (D) efeito. (E) bifurcação.</p>
<p>54. Durante a criação de uma tabela – <i>Create Table</i>, em SQL, deseja-se especificar que uma coluna só possa incluir, por exemplo, valores maiores que zero. Uma <i>constraint</i> utilizada para isso é</p> <p>(A) <i>Verify</i>. (B) <i>Check</i>. (C) <i>Max</i>. (D) <i>Avg</i>. (E) <i>Having</i>.</p>	<p>60. Uma contagem APF onde existem 10 ALI simples, 5 EE médias, 2 SE complexas e 5 CE complexas, sem aplicação do fator de ajuste, resultará em</p> <p>(A) 118 pontos. (B) 126 pontos. (C) 128 pontos. (D) 134 pontos. (E) 162 pontos.</p>



<p>61. Sobre uma chamada do sistema operacional, considere:</p> <p>I. O sistema chama o procedimento de serviço.</p> <p>II. O programa de usuário gera uma interrupção para o <i>kernel</i>.</p> <p>III. O controle é retornado para o programa de usuário.</p> <p>IV. O sistema operacional determina o número do serviço necessário.</p> <p>A execução natural das operações acontece na sequência</p> <p>(A) II, IV, I e III.</p> <p>(B) II, I, IV e III.</p> <p>(C) IV, I, III e II.</p> <p>(D) IV, III, I e II.</p> <p>(E) III, II, IV e I.</p>	<p>65. Um bom projeto de serviço depende do uso eficaz e eficiente dos quatro Ps do <i>Design Service</i> do ITIL, dentre os quais NÃO se inclui:</p> <p>(A) parceiros: os fornecedores, fabricantes e fornecedores usados para assistir e apoiar a prestação de serviços de TI.</p> <p>(B) pessoas: as pessoas, habilidades e competências envolvidas na prestação de serviços de TI.</p> <p>(C) produtos: os sistemas de tecnologia e de gestão utilizados na prestação de serviços de TI.</p> <p>(D) perspectivas: as visões distintas e a direção.</p> <p>(E) processos: os processos, papéis e atividades envolvidos na prestação de serviços de TI.</p>
<p>62. Se um processo de sistema operacional começou a imprimir uma saída, a ação de capturar a impressora e passá-la para outro processo resultará em problemas na saída. As impressoras são recursos</p> <p>(A) sujeitos a <i>deadlock</i>.</p> <p>(B) preemptíveis.</p> <p>(C) não preemptíveis.</p> <p>(D) dependentes de <i>pipe</i>.</p> <p>(E) dependentes de <i>thread</i>.</p>	<p>66. A responsabilidade pelo desenvolvimento e gerenciamento dos serviços em todo o ciclo de vida, inclusive sobre a capacidade produtiva, soluções e pacotes que são apresentados nos catálogos de serviço, estabelecida no estágio Estratégia de Serviço do ITIL, é assumida pela função denominada Gerente de</p> <p>(A) Produto.</p> <p>(B) Negócios.</p> <p>(C) Terceirização.</p> <p>(D) Operações.</p> <p>(E) Desenvolvimento.</p>
<p>63. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um código anexado ou logicamente associado a uma mensagem eletrônica que permite de forma única e exclusiva a comprovação da autoria de um determinado conjunto de dados (um arquivo, um <i>e-mail</i> ou uma transação). - A verificação da origem do dado é feita com a chave pública do remetente. <p>Tais características se referem a</p> <p>(A) uma unidade certificadora.</p> <p>(B) uma assinatura digital.</p> <p>(C) um certificado digital.</p> <p>(D) uma chave criptográfica.</p> <p>(E) um carimbo digital.</p>	<p>67. Os processos “desenvolver o termo de abertura” e “identificar as partes interessadas” do Grupo de Processos de Iniciação do PMBOK estão relacionados, respectivamente, às áreas de conhecimento Gerenciamento</p> <p>(A) do escopo do projeto e Gerenciamento de recursos humanos do projeto.</p> <p>(B) do escopo do projeto e Gerenciamento das comunicações do projeto.</p> <p>(C) das comunicações do projeto e Gerenciamento do escopo do projeto.</p> <p>(D) das comunicações do projeto e Gerenciamento de Integração do projeto.</p> <p>(E) de integração do projeto e Gerenciamento das comunicações do projeto.</p>
<p>64. No estágio <i>Service Operation</i> do ITIL, dentre outros, está focado o processo</p> <p>(A) <i>Evaluation</i>.</p> <p>(B) <i>Service Validation and Testing</i>.</p> <p>(C) <i>Release and Deployment Management</i>.</p> <p>(D) <i>Transition Planning and Support</i>.</p> <p>(E) <i>Access Management</i>.</p>	<p>68. A autoridade do gerente de projeto é pequena ou nenhuma quando a organização tem uma estrutura</p> <p>(A) projetizada.</p> <p>(B) funcional.</p> <p>(C) matricial forte.</p> <p>(D) matricial balanceada.</p> <p>(E) matricial fraca.</p>



<p>69. Sobre o relacionamento entre gerenciamento de projetos, programas e portfólios, considere:</p> <p>I. Um projeto pode ou não fazer parte de um programa, mas um programa sempre terá projetos.</p> <p>II. Os projetos ou programas de um portfólio são necessariamente interdependentes ou diretamente relacionados.</p> <p>III. Os projetos são normalmente utilizados como meio de atingir o plano estratégico de uma organização.</p> <p>IV. Os projetos, programas e portfólios possuem as mesmas abordagens de gerenciamento.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>72. Em uma auditoria, se os controles se apresentam estabelecidos</p> <p>(A) adequadamente e forem aplicados consistentemente, nos testes de conformidade, determinarão as necessidades de testes substantivos de abrangência limitada.</p> <p>(B) inadequadamente e forem aplicados consistentemente, nos testes de conformidade, determinarão as necessidades de testes substantivos de abrangência significativa.</p> <p>(C) adequadamente e forem aplicados consistentemente, nos testes substantivos, determinarão as necessidades de testes de conformidade de abrangência limitada.</p> <p>(D) inadequadamente e forem aplicados consistentemente, nos testes substantivos, determinarão as necessidades de testes de conformidade de abrangência significativa.</p> <p>(E) inadequadamente ou forem aplicados inconsistentemente, nos testes substantivos, determinarão as necessidades de testes de conformidade de abrangência significativa.</p>
<p>70. Segundo a tabela RACI do COBIT, a atividade <i>vincular objetivos de negócio com objetivos de TI</i> é de responsabilidade do</p> <p>(A) CEO (<i>Chief executive officer</i>) e do Executivo de negócio.</p> <p>(B) CEO (<i>Chief executive officer</i>) e do CFO (<i>Chief financial officer</i>).</p> <p>(C) CIO (<i>Chief information officer</i>), apenas.</p> <p>(D) CIO (<i>Chief information officer</i>) e do Executivo de negócio.</p> <p>(E) CIO (<i>Chief information officer</i>) e do CEO (<i>Chief executive officer</i>).</p>	<p>73. Sobre a documentação de auditoria, considere:</p> <p>I. O conteúdo da documentação deve ser registrado apenas em papel para facilitar a apresentação de evidências.</p> <p>II. Resumos ou cópias de registros da entidade podem ser incluídos na documentação.</p> <p>III. Versões superadas de papéis de trabalho e de demonstrações financeiras não precisam ser incluídas na documentação.</p> <p>IV. A existência de plano de auditoria demonstra que o auditor planejou a auditoria.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) II, III e IV, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e IV, apenas.</p> <p>(E) II, apenas.</p>
<p>71. O domínio Planejar e Organizar (PO) do COBIT tipicamente trata da seguinte questão gerencial:</p> <p>(A) O <i>gerenciamento</i> assegura que os controles internos sejam efetivos e eficientes?</p> <p>(B) A qualidade dos sistemas de TI é adequada às necessidades de negócios?</p> <p>(C) Existem <i>controles</i> adequados para garantir confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações?</p> <p>(D) Os <i>custos</i> de TI estão otimizados?</p> <p>(E) As alterações ocorrerão sem afetar as operações de negócios atuais?</p>	<p>74. No processo de Avaliação de Riscos, no qual são executadas as análises da relevância dos riscos identificados nas entidades do setor público, NÃO se inclui</p> <p>(A) a forma de como serão gerenciados.</p> <p>(B) a avaliação das probabilidades de suas ocorrências.</p> <p>(C) a resposta aos riscos, indicando a decisão gerencial para mitigá-los, considerando as hipóteses de eliminação, redução, aceitação ou compartilhamento.</p> <p>(D) a definição das ações para prevenir ocorrências ou para minimizar os seus efeitos.</p> <p>(E) o acompanhamento dos pressupostos do controle interno.</p>



<p>75. O controle interno exercido em todos os níveis das entidades do setor público é classificado nas seguintes categorias:</p> <p>(A) operacional, contábil e normativo.</p> <p>(B) operacional, contábil e gerencial.</p> <p>(C) operacional, tático e estratégico.</p> <p>(D) contábil, gerencial e estratégico.</p> <p>(E) normativo, gerencial e estratégico.</p>	<p>78. As licitações para contratação de bens e serviços de informática e automação realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Federal, direta e indireta, pelas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob controle direto ou indireto da União, segundo o Decreto nº 1.070, de 02/03/1994, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação, devem ser, obrigatoriamente, do tipo</p> <p>(A) menor preço.</p> <p>(B) melhor técnica.</p> <p>(C) técnica e preço.</p> <p>(D) tomada de preços.</p> <p>(E) concorrência.</p>
<p>76. O ato no qual se deixam de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação, segundo a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, enseja a aplicação das penalidades, legalmente estabelecidas, de multa e</p> <p>(A) rescisão de contrato.</p> <p>(B) advertência.</p> <p>(C) detenção.</p> <p>(D) suspensão temporária de participação em licitação.</p> <p>(E) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.</p>	<p>79. O objeto da contratação de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, segundo o Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, deverá ser definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato</p> <p>(A) exclusivamente como fornecimento de mão de obra.</p> <p>(B) com indexação de preços por índices gerais e setoriais que reflitam a variação de custos.</p> <p>(C) com previsão de reembolso de salários pela contratante.</p> <p>(D) exclusivamente como prestação de serviços.</p> <p>(E) com subordinação dos empregados da contratada à administração da contratante.</p>
<p>77. Sobre a formalização de um instrumento de contrato, considere:</p> <p>I. Deve mencionar, entre outros, os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, a sujeição dos contratantes às normas da lei e às cláusulas contratuais.</p> <p>II. É obrigatória nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação.</p> <p>III. Pode ser facultativa nos casos em que a Administração puder substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.</p> <p>IV. É obrigatória para todas as modalidades de licitação, exceto para concurso.</p> <p>Está correto, segundo a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e IV, apenas.</p> <p>(C) III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>	<p>80. As aquisições de bens e serviços de informática e de automação, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, segundo a Lei nº 8.248, de 23/10/1991, devem ser realizadas preferencialmente</p> <p>(A) para bens e serviços comuns na modalidade preço.</p> <p>(B) para bens e serviços produzidos com significativo valor agregado.</p> <p>(C) por empresa produtora de bens e serviços de informática no País.</p> <p>(D) por empresa brasileira de capital nacional com sede no Brasil.</p> <p>(E) para bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.</p>